

ALEJANDRO NIETO
Universidad Alcalá-Henares

A Tribo Universitária — Actividades Académicas do Catedrático

275

O autor traça-nos o quadro das condições de trabalho de um professor catedrático nas universidades espanholas, na actualidade. O estilo jocoso não esconde a acutilância das observações relativas à tensão gerada pelo crescente número de

tarefas a que o professor universitário, num quadro de funções sempre em expansão, deve dar resposta. O texto, embora centrado na realidade espanhola, não deixa de ser relevante para a portuguesa.

P

ARA os professores contratados, o programa é muito simples: dar aulas, dirigir seminários, orientar teses de doutoramento e integrar os respectivos júris, participar nos conselhos e fazer exames. Tudo isto durante os sete meses que dura, aproximadamente, o período normal de aulas.

Para os professores de carreira, as vinte e quatro horas do dia são escassas. Para já, há que contar com uma reunião diária, ou não vivamos na época das reuniões em que tudo tem de ser resolvido em comissões, quanto mais não seja para diluir as responsabilidades. Há conselhos de Faculdade, conselhos de Directores de Departamento, conselhos de Departamento, reuniões de docentes das diferentes áreas disciplinares, Conselhos Directivos e Comissões de trabalho da mais variada índole. Num mínimo, cinco reuniões por semana, várias delas com almoço de trabalho incluído. Naturalmente que não há cabeça humana capaz de seguir com atenção todas essas reuniões para onde se vai sem a menor preparação, na disposição de improvisar no momento e, se necessário, impor critérios improvisados em discussões infundáveis. Aqui ninguém escuta ninguém. Quando alguém intervém, folheam-se os papéis que estão em cima da mesa para tentar saber, por alto, o assunto da reunião, enquanto se assina,

**Panorama
geral**

mecanicamente, o expediente que se vai entregando à secretária. Chega-se ao ponto de fazer quatro ou cinco coisas ao mesmo tempo e nenhuma com atenção.

Interrompe-se a reunião para ir dar uma aula, onde se chega com alguns minutos de atraso. Perdem-se ainda mais uns quantos para despachar assuntos muito urgentes que a secretária, ou um aluno, vem trazer mesmo à porta da sala de aula. E, porque se está desconcentrado, já se sabe que a aula não sai como deve ser.

Quando ela acaba, já pouco sobra da manhã e à entrada do gabinete há um enxame de estudantes com os mais variados problemas, para eles, todos importantes e urgentes. Antes de os receber, entra um assistente que tem prioridade. Estão todos impacientes com o atraso e o catedrático ainda mais, porque viu no cesto do correio duas ou três cartas com remetente importante e, para maior desgraça, o telefone não pára de tocar.

Por fim, lá consegue libertar-se das entrevistas e vai almoçar à cantina quando já está a fechar. Há dois ou três assistentes que ficaram à espera para comentar, com calma, um ou outro ponto da investigação que têm entre mãos, mas chega outro catedrático que, por sua vez, quer discutir a reunião da manhã e eles têm de esperar.

Regressa-se ao gabinete, se não houver um seminário que ocupe a tarde toda. Se assim não for, ainda há pela frente muitas horas para trabalhar. Despacha-se o correio e alguma directiva ministerial que tem de ser executada com imaginação. O telefone não pára de tocar. Chegam os doutorandos que têm entrevista marcada. O catedrático angustia-se ao pensar que não conseguiu comprovar as hipóteses duvidosas que surgem nos rascunhos das suas teses, demora-os e eles disfarçam mal o descontentamento. O secretário do Departamento está à espera com contas de fornecedores, enquanto a bibliotecária pede a autorização para encomendar uns livros.

As horas passaram e os gabinetes foram-se esvaziando. O catedrático contempla com amargura um livro estrangeiro que já começou a ler e que continua aberto, no mesmo capítulo, há duas semanas, mas tem de estudar a intervenção para o próximo Conselho. A noite chega e as aulas do dia seguinte ainda não estão preparadas. Em casa, relê à pressa umas notas redigidas há alguns anos e parece-lhe que deviam ser reformuladas de acordo com uma sentença do Supremo ou com uma publicação importante que lhe chegou às mãos, mas está sem forças e lá improvisa como pode as notas amarelecidas. Na cama, folheia o jornal e descobre uma entrevista concedida por um colega ilustre, que há vários anos não põe os pés na Universidade e cujos êxitos profissionais e políticos

o jornalista elogia, ao lado dum artigo viperino de um Professor além do quadro, que se insurge, sem rodeios, contra os catedráticos exigindo que sejam encerrados no museu dos elefantes inúteis. Para se consolar, pensa que no fim de semana provavelmente vai ter algumas horas livres e tranquilas que poderá dedicar à conclusão dum artigo que prometeu a uma revista científica. Será que os leitores vão descobrir que ele utiliza, sem actualizar, uma estatística publicada há já cinco anos? Antes de adormecer pensa que não é bom marido, nem bom pai, nem bom professor, nem bom investigador, nem bom cidadão, mas no dia seguinte há que madrugar...

277

De acordo com a orientação deliberadamente adoptada, não vamos teorizar agora sobre a liberdade de cátedra, que cada um entende à sua maneira, mas que na prática tem um denominador comum: livre de qualquer controle, o catedrático pode orientar o seu ensino de acordo com os seus próprios critérios científicos e políticos. Isto pode parecer estranho a muitos leitores, mas é rigorosamente verdade. Até 1976, nenhum catedrático foi incomodado por aquilo que ensinava e, como muitos bem sabem, a cátedra constituía uma autêntica tribuna política. Pelo menos, foi assim a partir dos meados da década de 1950, já que, anteriormente, a geração que sofreu a guerra e as depurações tinha sido extremamente cautelosa. Mas, posteriormente, as gerações seguintes perderam, por completo, o medo, e também a prudência, demonstrando que a Universidade era asilo sagrado para qualquer tipo de discurso. Assim, ao enfadonho ensino «azul» dos professores oficiais de formação política, dos anos quarenta e cinquenta, seguiram-se as não menos enfadonhas prédicas «vermelhas» dos anos sessenta e setenta, quando se empanurraram os estudantes, de todas as Faculdades, de doutrinação marxista, com uma carga horária de modo nenhum mais leve do que a das Universidades socialistas. Sem esquecer, também, os serenos cepticismos e as maliciosas ironias dos chamados professores liberais, isto é, daqueles que, por sensibilidade política, recusaram envergar a camisa azul ou o lenço vermelho.

No aspecto científico, a liberdade de cátedra não tem sido menor. Cada catedrático pode, passe a expressão, ensinar «o que lhe der na gana». Os programas são tão pessoais que se tocam as raias da bizzarria: uma cadeira de direito natural transforma-se em sociologia política, e uma de químico-física em termodinâmica se os catedráticos assim o entenderem. Além disso, tão-pouco se respeitam os programas. Suprimem-se ou substituem-se aulas, sem qualquer aviso, e não é

Liberdade de cátedra

raro o caso de quem se estenda demasiadamente em duas ou três aulas a explicar em profundidade uma monografia publicada, ou a publicar, e deixe o resto das aulas em branco, sem tentar sequer justificar-se. Uns limitam-se às aulas teóricas, outros suprimem-nas por completo. Há quem exija a apresentação de trabalhos práticos e quem imponha a memorização dum texto para exame.

Pode imaginar-se o resultado desta «liberdade»: o aluno nunca sabe a quantas anda, termina o curso com grandes lacunas e, às vezes, repete a mesma matéria em quatro ou cinco cadeiras. Mas o catedrático está muito orgulhoso da sua liberdade de cátedra que o protege das intromissões ministeriais, do controle da Faculdade ou do Departamento.

Investigação

A descrição do trabalho de investigação do catedrático deve ser acompanhada por um respeitável cortejo de interrogações. A primeira é se o catedrático tem obrigação de investigar. A esta pergunta deve responder-se negativamente, ou seja, que se entende que a investigação não faz parte dos deveres legais do professor, que aceita essa tarefa unicamente por gosto e de forma voluntária. E assim se justificam os contratos de investigação voluntariamente assinados pelos professores para receberem as suas «gratificações» ou remunerações complementares. Todavia, esta afirmação pode comentar-se com outra pergunta: mas será que é possível ensinar com um nível universitário sem, simultaneamente, investigar?

Ora bem, para mim, o importante não é esta questão, mas sim uma outra: *Poderá* o catedrático investigar na Universidade? É que para exercer essa actividade, é necessário competência, tempo e meios. A competência existe, já que o catedrático, geralmente, está muito bem habilitado, ao fim de dura aprendizagem em Universidades estrangeiras, onde goza de grande prestígio. E quanto ao tempo, que lhe não sobra, dá um jeito para o arranjar, por puro amor à arte. Mas, e os recursos?

Desde logo, e para começar, precisa de livros e revistas. Mas as bibliotecas estão muito mal tratadas. As verbas para compra de livros são quase suficientes, mas desbaratam-se por falta de critérios de aquisição. Criar uma biblioteca especializada exige um esforço e um regimento que os catedráticos não costumam ter. Os pedidos de livros são absolutamente arbitrários e desorganizados, com frequentes repetições. Geralmente, cada professor encomenda os livros que lhe interessam pessoalmente naquele momento, sem se preocupar com as necessidades globais da Faculdade. As assinaturas de revistas estão incompletas nos anos em que se

esgotou o orçamento. A inexistência de bibliotecários agrava ainda mais a situação. Uma política míope e formalista, generosa nas dotações e tacanha nos gastos de pessoal, faz com que escasseiem os bibliotecários profissionais e, até, que falte pessoal administrativo no serviço. Daí que muitos livros não estejam catalogados, ou o estejam mal, que os empréstimos e as devoluções sejam deficientes e que, pior ainda, os «desaparecidos» atinjam cifras elevadíssimas. Também não faltam assaltos e destruições, de carácter ideológico, de livros e ficheiros.

A bibliografia é, em todo o caso, o meio de investigação mais barato. Nas chamadas Faculdades «experimentais», que precisam de laboratórios, a situação — corrente em Espanha — é, simultaneamente, de carência e esbanjamento. Os laboratórios, geralmente, carecem do equipamento imprescindível, mas possuem instalações caríssimas e gigantescas sem pessoal que as cuide. Conseguir dinheiro para essas aquisições é uma questão de habilidade política e de conhecimentos nos ministérios, qualidades que nem sempre se aliam ao verdadeiro espírito de investigação. Em ocasiões, dolorosamente frequentes, em que um catedrático, depois de conseguir montar um bom laboratório, decide mudar de Faculdade, para ali ficam os aparelhos ao abandono. Vai ter de começar do zero no seu novo destino, o mesmo acontecendo ao seu sucessor, já que provavelmente irá dedicar-se a outra especialidade e o material acumulado não serve para nada.

O panorama geral é deprimente: 90% dos catedráticos que querem investigar carecem de meios para isso, e 80% do material disponível está subutilizado ou nem sequer é utilizado. Nuns casos, por mudança de catedrático; noutros, por desajustamento às necessidades reais e, noutros ainda, por mesquinhez ou negligência que raíam o criminoso. Vi, durante muitos anos, numa cave, caixotes com aparelhagem que ninguém se preocupava em desembalar, e instrumentos de precisão, no valor de muitos milhões de pesetas, estragados com humidade por não estarem devidamente arejados e, o que ainda é mais aberrante, um caríssimo laboratório completo que esteve cinco anos sem ser utilizado por falta de... energia eléctrica.

Esta situação deplorável só pode explicar-se por uma razão fundamental, isto é, por *completa ausência duma política científica nacional*. O Governo (e igualmente, o Parlamento e a sociedade) não quer saber da investigação para nada. A melhor prova disso é que a legislação universitária apenas alude ao tema de forma acidental e como que por obrigação. Em Espanha, a investigação não é uma actividade nacional, mas um capricho profissional. Por isso, não se impõe aos catedráticos que prossigam determinados objecti-

vos científicos, nem sequer se considera a investigação uma obrigação profissional. E é por isso mesmo, que quem pretender investigar tem de *implorar* ao Governo que lhe conceda, ao menos, o imprescindível.

Diz-se, e é verdade, que o nível da investigação espanhola é baixo, mas não é menos verdade que é um autêntico heroísmo fazer o que aqui se faz com os recursos disponíveis. O sistema oficial, a esse respeito, é literalmente caricato. Em primeiro lugar, existem as chamadas verbas de apoio à investigação que, na realidade, são repartidas pelas diferentes cadeiras ou departamentos em quantias tão insignificantes que apenas cobrem as despesas indispensáveis. No mês de Setembro, os laboratórios já não têm nem reagentes, nem provetas. Mas também é verdade que aqui ninguém tenta enganar ninguém. Não há jogo escondido: o Ministério não exige resultados nenhuns, nem sequer trabalho, a quem tenha pedido subsídio. O catedrático, por seu lado, também não se comprometeu com o que quer que fosse. Limita-se a preencher uns formulários e a enviar um relatório, na certeza de que ninguém irá lê-lo.

Há, ainda, umas outras verbas administradas pela chamada Comissão de Assessoria à Investigação Científica e Técnica, cujos resultados também não são dos mais felizes. Aqui, os subsídios são mais vultosos, mas, de facto, mais do que financiar projectos, o que se pretende é conservar a infra-estrutura mínima dos laboratórios ou proporcionar bolsas a jovens, já que os projectos não são devidamente acompanhados nem avaliados para se comprovar a sua realização.

A única investigação controlável é a que é financiada pelas empresas ou sectores privados que necessitam verdadeiramente da colaboração dos cientistas e que estão dispostos a dar dinheiro para investigação aplicada ou inovação tecnológica. Mas os professores não gostam de se submeter a tais peias. Os catedráticos preferem fazer investigação de base que se concretize na publicação em revistas estrangeiras. Esse tipo de investigação é pouco rendosa para a Espanha (dado que os seus resultados terminam quase indefectivelmente nos Estados Unidos da América), mas com ela obtém-se o prestígio internacional que satisfaz o tremendo individualismo dos nossos catedráticos, normalmente insensíveis às necessidades reais do país. Dado que a investigação é um luxo, parece compreensível que os que a ela se dedicam voluntariamente, com sacrifícios e incómodos, o façam a seu gosto e para sua satisfação pessoal.

O catedrático como gestor

Sempre se tem falado muito do catedrático como docente e, embora menos, da sua função de investigador. Hoje em dia,

a sua imagem deve completar-se, sem dúvida, com a faceta de dirigente, enquanto titular inevitável de cargos nas Faculdades ou na Universidade e, finalmente, com a de gestor, cujas funções vamos tratar de seguida.

O catedrático como *manager* é algo rigorosamente novo: uma actividade que só há muito pouco tempo começou a afirmar-se e da qual apenas se deram conta os seus teorizadores e os próprios interessados. Além disso, a ideia foi polémica à nascença: até que ponto é lícito que um catedrático se transforme num *manager*? Não será um desvio da sua profissão? Antes, convém, no entanto, fazer outras perguntas: será que o catedrático espanhol é, de veras, um *gestor*? Nesse caso, quais as razões dessa evolução?

Em minha opinião, o catedrático, em Espanha, *ainda* não é um *gestor*, embora a tendência nesse sentido seja bem nítida e irreversível, se os actuais pressupostos da vida universitária não se alterarem profundamente. Neste momento, se decomusermos e classificarmos analiticamente as actividades dum catedrático, chegamos à conclusão de que boa parte delas tem uma inequívoca feição de *gestor*. Por exemplo, a selecção e promoção do pessoal, tanto docente como não docente, a distribuição do trabalho e o seu controle, a gestão financeira (a administração de verbas e, por vezes, também a sua obtenção); no caso de disciplinas experimentais, a aquisição de material e as decisões sobre a sua utilização e controle e, por vezes, a colocação dos produtos e serviços. Mas, bastará esta análise para classificar uma pessoa como *manager*? Actualmente, já ninguém põe em dúvida que todos estes objectivos podem ser realizados recorrendo às técnicas de *management* e, nesse caso, estaríamos perante autênticos *managers*. O que acontece é que também é possível uma gestão burocrática ou paternalista, e aí não podemos falar de tal figura.

Em Espanha, concretamente, o catedrático costuma desempenhar todo este conjunto de actividades sem possuir, evidentemente, as menores noções teóricas de *management* e sem que a sua mentalidade lhe permita uma aplicação intuitiva de técnicas desse tipo. Por isso, a maior parte dos catedráticos espanhóis não são *gestores*, mas burocratas ou gestores carismáticos e paternalistas. É essa a sua mentalidade tradicional e temos de admitir que a maior parte deles se ofenderia se lhe atribuíssem funções de tipo *managerial*, admitindo, também, que não é frequente terem noções precisas sobre o que isso quer dizer. Contudo, é evidente, que com esta atitude não consegue fugir-se a um facto fundamental, ou seja, que no âmbito das funções do catedrático há algumas que não encaixam nem na investigação nem na docência

(nem sequer nos cargos de direcção). Funções, aliás, em crescimento, para cujo desempenho é hoje, universal e unanimemente, reconhecido que as técnicas mais adequadas — embora não exclusivas — são as de *management*. Que os catedráticos espanhóis as utilizem ou não, isso é uma outra questão que nada tem a ver com o dado, empiricamente comprovável, que acaba de enunciar-se.

Por outro lado, é a própria força dos factos que nos fornece uma bitola para os apreciar. Negar as consequências de alguns factos é pura ingenuidade, quando não perversidade. Ignorar a existência de factos notórios revela ignorância supina, que pode ser intencional. Quero dizer com isto que, honestamente, já ninguém pode desconhecer que o *catedrático exerce actividades que nada têm a ver com a docência ou com a investigação* e que, por outro lado, não serve de nada opor-se à sua gestão com o pretexto de que são mestres e cientistas, porque eles agem como *gestores*, como burocratas ou, o que é ainda pior, como amadores. De maneira que, enquanto este estado de coisas se mantiver, ao catedrático não resta outra alternativa senão converter-se, pelo menos parcialmente, em *gestor* ou em burocrata, ou proceder como amador. Mas, sem dúvida que é negar a evidência continuar a insistir que ele deve manter exclusivamente a sua condição tradicional, docente e científica, totalmente alheia à gestão.

Daí, a incoerência (admitindo a boa-fé) dos que depreciam a condição de gestor do moderno catedrático. A este respeito, a única coisa que pode discutir-se é se, de facto, lhe competem as funções de que estamos a falar. Mas, se as aceitarmos, temos de aceitar o cariz *managerial* da sua gestão. Pois bem, não tenho dúvidas de que aqueles que agora se arrepelam perante o desvio da essência magistral e científica do catedrático por culpa de interferências da gestão, se indignariam ainda mais — e de forma absolutamente contraditória — se se afirmasse que a verdadeira solução consiste em aliviar os catedráticos dessas tarefas adicionais, para que não estão preparados, e encomendá-las a outras pessoas. Seja como for, não vamos entrar aqui numa análise profunda do tema que nos levaria demasiado longe, dada a escassa reflexão que este ponto mereceu, até agora, na problemática universitária espanhola. Basta, portanto, o que ficou dito para que a existência deste problema conste e para denunciar as falsas ideias vulgarmente difundidas. ■

(Tradução de Teresa Lello)